

Sumário

Introdução	1
-------------------------	----------

Parte I **Premissas teóricas**

1 A Insuficiência dos textos legais para a solução de complexas controvérsias jurídicas: a legalidade ontem e hoje	15
1.1 Texto e norma	20
1.2 A textura aberta da linguagem, experiências recalcitrantes.....	25
1.3 Problemas envolvendo a literalidade dos textos normativos.....	27
1.4 Decisões polêmicas envolvendo a literalidade dos textos	30
1.4.1 Livro.....	31
1.4.2 Racismo.....	32
1.4.3 Família	34
1.5 Importância e limites da vinculação aos textos.....	38
1.6 A legalidade administrativa “corrigida”	42
1.7 A Juridicidade e a lei geral de combate à COVID-19	50
1.8 Primeira premissa teórica	56
2 Separação de poderes, uma ideia resiliente	59
2.1 O Arranjo institucional brasileiro	67
2.2 Dispersão da soberania	71
2.3 A Divisão rígida de poderes	72

2.4 Equilíbrio e margem de atuação.....	75
2.5 Diálogo institucional e performance deliberativa.....	77
2.5.1 Casos promissores de diálogo institucional: “vaquejada”, “rol da ANS” e “piso da enfermagem”	84
2.5.1.1 Rol da ANS	84
2.5.1.2 Vaquejada	87
2.5.1.3 Piso nacional da enfermagem.....	92
2.6 Segunda premissa teórica	93
3 Aspectos da nova hermenêutica que impactam a decisão controladora.....	95
3.1 A Racionalidade limitada dos decisores reais.....	103
3.2 Juízes dóceis, a deferência e a “doutrina chevron”	110
3.3 Originalismo	117
3.4 Capacidades institucionais e argumentos empíricos.....	120
3.5 Formalismos: de partida e de chegada.....	124
3.5.1 Formalismo exegético, formalismo de partida.....	124
3.5.2 Formalismo como estratégia decisória de segunda ordem, formalismo de chegada	127
3.6 Razoabilidade	130
3.7 O Princípio da proporcionalidade	132
3.8 Consequencialismo (S).....	140
Terceira premissa teórica	145

Parte II

Modelo performativo

4 O Modelo performativo do controle judicial de políticas públicas...	149
4.1 O Ciclo das políticas públicas	155
4.1.1 Definição de uma agenda.....	156
4.1.2 Formulação e escolha das políticas públicas.....	162
4.1.3 Implementação.....	163
4.1.4 Dever de monitoramento.....	164
4.2 Faixa decisória e justificção.....	165
4.3 Ilustração do modelo.....	179
4.4 Diretrizes propostas para o controle judicial de políticas públicas....	182

Parte III

Estudo de caso - TJMG

5 Estudo de caso: a reconstrução do significado normativo da expressão “atividade essencial” e o controle judicial das medidas emergenciais de combate à COVID-19 em Minas Gerais	187
5.1 Delimitação necessária.....	188
5.2 Superprecedentes	189
5.2.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341/20	190
5.2.2 Referendo na Medida Cautelar na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 672 (ADPF 672/20)	191
5.3 Decretos normativos.....	192
5.4 Atividade essencial	196

5.4.1 O TJMG e a expressão “atividade essencial”	200
5.4.2 Abordagem lexicográfica e a “doutrina chevron”	204
5.5 Ativismo executivo: o caso de São Tomé das Letras	208
5.6 O tempo da política pública	213
5.7 Restrições ao funcionamento das atividades essenciais	215
5.8 Limitação do horário de funcionamento.....	220
5.9 Intervenção substitutiva.....	223
5.10 A força do argumento empírico no controle de políticas públicas	228
5.11 O “princípio” da deferência, concretamente considerado	230
5.12 Consequencialismo “fraco”	234
6 Conclusão	237
Referências Bibliográficas.....	245